



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

JUSTIFICATIVA

Processo: 27.534 e 27.539/2023
Assunto: Justificativa da Inexigibilidade de Chamamento Público
Requerente: Conselho Comunitário Pro-Segurança Pública de Imigrante – CONSEPRO

Objeto: O objeto da presente parceria é a Segurança Pública.

Valor: R\$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais)

Justificativa:

A Lei 13.019/2014 estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil - OSC, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos. A regulamentação desta lei foi efetivada pelo Governo Federal por meio do Decreto 8.726, de 27/04/2016. Salvo em casos de dispensa, inexigibilidade e emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais, o Chamamento Público é o procedimento preliminar destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de Termo de Colaboração ou de Fomento.

A administração pública poderá dispensar as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de chamamento público com fundamento nos artigos 30, inciso VI e no “caput”, do artigo 31, inciso II, alterado pela Lei 13.204 de 2015.

A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: VI – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Não obstante tal fato, o próprio Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil prevê no artigo 32 a ausência de chamamento público, desde que justificada pelo administrador público.

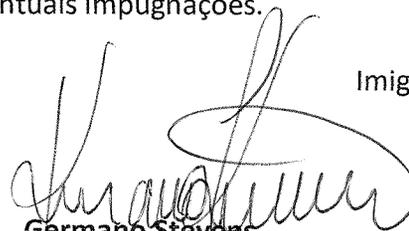
Entende a Administração Pública tratar-se de procedimento de Inexigibilidade de Chamamento Público, prevista no artigo 30, inciso VI e com fundamento no “caput”, do artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, art. 17 do Decreto Municipal nº 1.628/2017. Sendo o Requerente a única e exclusiva entidade, no município, sem fins lucrativos cuja área de atuação é especificamente a Segurança Pública em Imigrante e cuja constituição e personalidade jurídica é especificamente o objeto pretendido, entendemos ser desnecessária a realização do Chamamento Público no caso em tela.

Mesmo cientes de que a segurança pública é dever do Estado, a Administração Municipal de Imigrante, bem como outros Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, tem a grata parceria com o CONSEPRO, organização esta da Sociedade Civil que atua fortemente junto à Brigada Militar e demais órgãos de segurança, para auxiliar na manutenção de equipamentos necessários, ações educativas e demais atividades que qualificam e complementam a ação efetiva da Brigada Militar. Também é de conhecimento de todos que os níveis de criminalidade vêm crescendo assustadoramente, bem como o número de policiais civis e militares está diminuindo gradativamente, e as cidades mais prejudicadas com essa redução no número de efetivos.

A parceria realizada com o CONSEPRO é uma forma de manter o policiamento na cidade, pois com o aporte de recursos através do CONSEPRO, a Brigada Militar consegue fazer o seu trabalho de forma mais efetiva, contando com uma estrutura de apoio e investimentos em ações não contempladas pelo Estado.

DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Concede-se e abre-se o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação, para apresentação de eventuais impugnações.

Imigrante, 27 de junho de 2023.


Germano Stevens
Prefeito Municipal